



# EXPERIÊNCIAS INTERINSTITUCIONAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: PROCAD- AMAZÔNIA E AMAZÔNIA+10

**Waldecy Rodrigues**

PPGDR/UFT | waldecy@uft.edu.br

**Resumo geral:** Esta Sessão Livre é devotada à Amazônia Brasileira. Pretende-se examinar as determinações do planejamento e desenvolvimento urbano e regional na/da Amazônia Legal, enfatizando as implicações sociais e ambientais do avanço das forças produtivas. A Amazônia Legal é constituída por todos os estados da macrorregião Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; além de Maranhão e Mato Grosso – que perfaz o bioma Amazônia. Em relação à população, a Amazônia Legal abriga apenas, 13,7% da população brasileira – cabendo lembrar que aí se encontram Maranhão e Mato Grosso, dois estados que estão entre os quatro com maior população entre os nove que constituem a Amazônia Legal. Em relação à área, Amazonas é o maior estado brasileiro. Ainda mais: Amazonas e Pará, juntos, perfazem 32,9% da área total do Brasil. A Amazonia Legal, aliás, perfaz 59,7% da área total do país. E, em relação à densidade demográfica, a relação hab./km<sup>2</sup> na Amazônia Legal é muito inferior à média brasileira, desta se aproximando apenas a do Maranhão. Em relação à dinâmica socioeconômica, os estados do Maranhão e do Pará têm se destacado em comparação com os demais, sendo aqueles em que as forças produtivas vêm encontrando condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento – e nos quais os problemas socioambientais também parecem ser, comparativamente, mais graves.

Nesta Sessão Livre, porém, serão trazidos à superfície situações e casos indicados nas cinco palestras resumidas a seguir. Ela se beneficia dos resultados de dois projetos levados a efeito por intermédio da cooperação entre quatro Programas de Pós-Graduação (PPG), de quatro Instituições de Ensino Superior (IES), três da macrorregião Norte e uma da macrorregião Sul. O primeiro projeto – “Estratégias de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais dos estados do Amapá e Tocantins nos seus 30 anos”, levado a efeito a partir de Edital aprovado junto ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-Amazônia), com recursos geridos pela CAPES e com duração entre 2018 e 2025 – envolveu PPGs da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade Regional de Blumenau, vinculados à área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da CAPES. O segundo projeto – “Cadeias produtivas dos povos das águas e da floresta:

fomento e catalogação coparticipativa”, levado a efeito a partir de Edital aprovado junto ao Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa Iniciativa Amazônia +10, com recursos de Fundações de Amparo do Amapá, Tocantins e Santa Catarina e com duração entre 2023 e 2025 – envolveu PPGs da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Tocantins, da Universidade Federal do Norte de Tocantins e da Universidade Regional de Blumenau, vinculados à área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da CAPES. Ambos os projetos previram ações visando fortalecer a pós-graduação na Amazônia Legal, com destaque para a execução e o desenvolvimento da pesquisa sobre as implicações sociais e ambientais do desenvolvimento econômico no Norte brasileiro. Os resultados disponíveis permitem identificar, em contraposição às atividades predatórias, cadeias produtivas social e ambientalmente sustentáveis. Ambos os projetos se conectam, ao nível dos PPGs das IES referidas, em cooperação solidária e trocas profícuas de experiências científico-acadêmicas.

O objetivo principal desta Sessão Livre é, então, difundir resultados obtidos e compartilhar aprendizados realizados a partir do PROCAD/Amazônia e da Iniciativa Amazônia+10. A propósito dos resultados, estes se encontram em constante ressignificação e realinhamento em face das ações que convergem para uma ciência de artesanias de práticas e saberes que se pode identificar em uma Amazônia profunda, que conecta povos das águas e das florestas. Por fim, um ponto adicional nesta Sessão Livre diz respeito à divulgação da COP30 em Belém do Pará. Este evento dialoga com um pluriverso de coletivos em defesa da vida no planeta. Deste ângulo, o PROCAD/Amazônia e a Iniciativa Amazônia+10 podem ser consideradas experiências acadêmicas com amplas possibilidades de agendas de reencontros para a COP30.

## **PALESTRA 1 – PROCAD-AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DO AMAPÁ**

**Antonio Sérgio Monteiro Filocreão**  
PPGDAS/UNIFAP | E-mail: afileocreo@gmail.com

O projeto de pesquisa e extensão “Estratégias de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais dos estados do Amapá e Tocantins: nos 30 anos” (PROCAD Amazônia 2018) representa um esforço conjunto dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Regional de Blumenau (FURB). Com atenção no fortalecimento da cooperação acadêmica, o projeto almejou integrar docentes, discentes e instituições por meio de ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão na área de planejamento urbano e desenvolvimento regional na Amazônia.

Para a UNIFAP, a iniciativa alinhou-se ao Planejamento Estratégico do PPGMDR/UNIFAP, estabelecendo como prioridade a criação de um programa integrador de pesquisa e extensão. Além de promover eventos científicos, mobilidade acadêmica e a produção de publicações, o

projeto também viabilizou o intercâmbio entre pesquisadores, ampliando as conexões interinstitucionais e o impacto das investigações regionais.

Entre 2018 e 2024, o projeto promoveu eventos, como o I Seminário de Desenvolvimento Regional (presencial, em Palmas/TO), o II Seminário (online, em Blumenau/SC) e o III Seminário (presencial, em Macapá/AP). Contribuiu também para a criação da Rede PLURD Centro-Norte, que conecta programas da região Norte e Centro-Oeste. Todavia, a pandemia de COVID-19 restringiu algumas atividades planejadas, especialmente as presenciais, exigindo o uso de plataformas digitais para reuniões, seminários e bancas.

Dentre os resultados, destacam-se: a produção de diversas publicações, incluindo e-books e coletâneas temáticas sobre desenvolvimento regional, a participação de professores em bancas e disciplinas interinstitucionais, a submissão e aprovação de novos projetos colaborativos (como o "Cadeias produtivas dos povos das águas e da floresta" - Amazônia+10), envolvendo também a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) na cooperação.

Dentre os Impactos, em termos de avaliação da CAPES, destacam-se: a elevação do conceito do PPGDR/UFT para 5, a criação do Observatório de Desenvolvimento Regional da UNIFAP, estágios de pós-doutorado de professores da UNIFAP na FURB e UFT, contribuição de um docente do PPGDR/FURB como professor visitante sênior na UNIFAP.

O projeto evidenciou potencial transformador da cooperação acadêmica para a integração de regiões com desafios logísticos e socioeconômicos distintos. Apesar das adversidades, como restrições financeiras de mobilidade devido ao alto custo de transporte, o PROCAD Amazônia resultou em avanços significativos, incluindo o fortalecimento de programas de pós-graduação, a produção científica de alta relevância e o estabelecimento de redes duradouras de colaboração. Com a sua finalização, em julho/2025, espera-se fortalecer esses aprendizados nos programas envolvidos.

## **PALESTRA 2 – DINAMICA DE CONTÁGIO PELA COVID-19 EM ESPAÇOS URBANOS NA AMAZONIA ORIENTAL: CIDADES MÉDIAS, PEQUENAS E O FLUXO DE CAPITAL NO TOCANTINS E PARÁ**

**Miguel Pacífico Filho**

PPGDire/UFNT | E-mail: miguel.filho@ufnt.edu.br

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o mundo estava sob pandemia ocasionada pela propagação do coronavírus. De acordo com o Painel da covid-19, mantido pelo Ministério da Saúde, até o dia 21/11/2024, 714.127 pessoas no Brasil perderam a vida em razão da contaminação pelo vírus. Discutiremos a propagação do vírus na Amazônia oriental, ampliando o entendimento de tal espaço para além da concepção que o considera como repositório de biodiversidade, considerando-o como cenário de

ordenamento territorial que abriga sociodiversidade dispersa em núcleos urbanos de características diversas como metrópoles, cidades médias e pequenas, que também podem ser entendidas a partir de concepções constituídas por pesquisadores amazônidas, a saber, cidades na floresta e cidades da floresta.

Compreendemos a covid-19 enquanto doença dos espaços de fluxo de capital e, nesse sentido, estruturamos nossa apresentação em três momentos. O primeiro deles diz respeito à interação entre a circulação de capital, o fluxo da covid-19 e as cidades médias de Araguaína–TO, Marabá–PA e Imperatriz–MA, respectivamente, as segundas maiores cidades de seus estados e pontos de contato com a circulação internacional de capital enquanto produtoras e exportadoras, respectivamente, de proteína animal, minério de ferro e celulose. O segundo momento, diz respeito à interação entre duas cidades médias, Araguaína–TO e Marabá–PA e uma cidade pequena, Xambioá–TO, equidistante entre as duas primeiras, para problematizarmos o impacto de dois espaços de fluxo internacional de capital sobre uma localidade de baixa dinamicidade econômica. O terceiro momento, diz respeito ao fluxo de disseminação da covid-19 na região sudeste do estado do Tocantins, mais particularmente, sobre cinco municípios de baixa vitalidade econômica para problematizarmos como a chegada tardia do vírus impactou localidades com sensíveis fragilidades na estrutura pública de saúde.

Concluimos que a Amazônia, entendida como repositório de biodiversidade tem sua percepção ampliada a partir de pesquisas realizadas em instituições localizadas na região, que a caracterizam por significativas dinâmicas urbanas capazes de sustentar leituras pautadas no que pesquisadores amazônidas nomeiam como urbanodiversidade.

## **PALESTRA 3 – CIDADE DO TRAUMA NA AMAZÔNIA: O HIDRONEGÓCIO EM QUESTÃO**

**Profa. Dra. Thelma Pontes Borges**

PPGDire/UFNT | E-mail: thelma.borges@ufnt.edu.br

A Amazônia Brasileira é reconhecida pela sua biodiversidade e pela ideia de uma região pautada por ampla cobertura vegetal. Contudo, 70% da sua população reside em núcleos urbanos com características únicas e diversas. Assim, o conceito de urbanodiversidade se torna imprescindível para discutir as diversas particularidades que as cidades amazônicas têm.

Suas extensas riquezas minerais, hídricas e biológicas foram, ao longo do tempo, exploradas pelas diversas frentes desenvolvimentistas exógenas à região, sem se preocupar com os povos das águas e das florestas que a habitam e produzem suas particularidades nos modos de ser e de fazer. Tais intervenções infligiram níveis elevados de violência estatal, produtoras de trauma coletivo, em razão de eventos extraordinários como a Guerrilha do Araguaia durante a ditadura civil-empresarial-militar, a exploração de Serra Pelada, as disputas por terras devolutas e, especificamente, a exploração das águas pelo hidronegócio que

transforma seus múltiplos usos, como a pesca, a plantação de vazante, a exploração da argila, o lazer, o brincar e os fazeres domésticos em uma única atividade: a de produção de energia.

Assim, questiona-se: essas violências impostas às populações locais são produtoras de uma cidade do trauma? Objetiva-se propor uma nova tipologia para as cidades amazônicas, a de cidade do trauma, para compor com as que já constituem a noção de urbanodiversidade. Ressalta-se que o trauma extrapola o tempo histórico e se reatualiza na temporalidade do sofrimento social de uma comunidade, dando-lhes características próprias. Pretende-se através de uma análise teórico-conceitual-empírica demonstrar que, em decorrência dos excessos de violência que o estado brasileiro inflingiu às populações locais, é possível construir inferências para a constituição da tipologia “cidade do trauma”.

A proposta de uma nova tipologia ampliará a noção de urbanodiversidade na Amazônia auxiliando na composição do conhecimento que se tem dos povos das águas e das florestas de forma endógena, o que pode contribuir com políticas públicas voltadas à região.

## **PALESTRA 4 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PROCAD E AMAZÔNIA+10: UM REENCONTRO NA COP30**

**Marco Antonio Chagas**

PPGDAS/UNIFAP | E-mail: marco.chagas@unifap.br

A pesquisa em desenvolvimento pelo proponente da palestra, em nível de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB), tem como objetivo principal analisar o caso da possível exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira (com ênfase na Bacia da Foz do Amazonas), confrontando essa análise com os protocolos pelo clima e os planos regionais de desenvolvimento da Amazônia. Em 2025, o Brasil sediará a COP 30. Sua realização na Amazônia, em Belém do Pará, insere o tema das mudanças climáticas na pauta da agenda acadêmica do desenvolvimento regional.

A queima de combustíveis fósseis é a principal causa do antropismo climático em escala global. Na Amazônia, o uso da terra (desmatamento/queimadas) responde por mais de 50% das emissões de CO<sub>2</sub>. A exploração de petróleo e gás na Bacia da Foz do Amazonas é uma contradição do ponto de vista da governança climática global, tema central das COPs.

Na perspectiva da “vida como ela é”, ao longo do percurso do PROCAD-Amazônia e do Amazônia+10, percepções das mudanças climáticas têm se manifestado por meio de diferentes narrativas orais, envolvendo mulheres, ribeirinhos, castanheiros e diversas outras práticas artesanais. Contrariando essas ecologias de saberes, os debates promovidos pelas COPs têm frequentemente se distanciado dessa rica e complexa realidade.

A palestra deverá apresentar: (i) o caso da possível exploração de petróleo e gás na Bacia da Foz do Amazonas, (ii) os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia e suas diretrizes para o enfrentamento das mudanças climáticas, e (iii) percepções das mudanças climáticas

sob os olhares dos interlocutores do PROCAD-Amazônia e do Amazônia+10. Além disso, pretende-se agendar, para um necessário balanço crítico, um reencontro dos interessados na COP 30, em novembro de 2025, em Belém, Pará.